

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1013 - 05/12/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC



VERÔNICA LUGARINI

Com o TUCA LOTADO, NOVA REITORIA TOMA POSSE



Alguns momentos da posse da nova reitoria: acima, esq., o discurso de posse; ao centro a bateria do Leão XIII; à direita o Tuca lotado; abaixo a cerimônia de profissão de fé, na capela da PUC-SP

Na segunda-feira, 28/11, aconteceu a esperada posse da nova reitora, Maria Amalia Andery. O dia era muito aguardado também porque marcou as últimas horas de gestão da professora Anna Maria Marques Cintra.

A transmissão do cargo começou na capela onde a nova reitora teve que fazer a profissão de fé à igreja católica, requisito para que assuma o cargo. Em um ritual quase medieval, o postulante ao cargo tem que declarar a sua integral dedicação ao catolicismo.

Na sequência, Maria Amalia se dirigiu ao TUCA onde a comunidade assistiu à posse. Em seu discurso de despedida, a professora Anna Cintra exaltou dois aspectos de seu mandato, a manutenção da sustentabilidade financeira

e da excelência acadêmica. Quanto ao primeiro aspecto, deve-se lembrar que ele foi possível mediante ao fechamento de turmas e cursos e consequente dispensa de professores e com a contínua elevação das mensalidades acima dos níveis inflacionários. Já quanto à excelência acadêmica, também é bom lembrar que segundo o ranking universitário da Folha de S.Paulo, a PUC-SP em 2012 ocupava o 47º lugar, caindo à saída de Anna para a 52ª posição.

Após a leitura do ato de posse, Amália fez o seu pronunciamento em que, metaforicamente, comparava a universidade a uma cachoeira, na bela citação de Guimarães Rosa. Embora o discurso fosse abstrato e pouco elucidativo de uma política de

gestão, o público aplaudiu efusivamente. Já Dom Odilo finalizou seu discurso lembrando que a PUC-SP é católica e deve se ater a esse postulado. Ao final foi servido um coquetel e a bateria do CA Leão XIII esquentou o saguão do teatro.

DESAFIOS

Maria Amalia assume depois de um período conturbado, contando com a confiança de toda a comunidade para enfrentar uma universidade destrocada em suas relações comunitárias e degradada em suas condições de trabalho. Até agora, suas intenções ainda não foram claramente explicitadas, mas só o fato de haver possibilidade de abertura ao diálogo já causou entusiasmo em uma comuni-

dade acostumada ao desgoverno autoritário da antiga gestão.

Porém, a APROPUC e a AFAPUC têm um rol de antigas questões e reivindicações que precisam ser enfrentadas e resolvidas caso queiramos manter a qualidade de universidade.

De imediato a nova reitoria terá de atacar o problema com a judicialização do professor Edson Passeti, iniciada na gestão Anna Cintra, permeada de forte cunho punitivo. Uma vez que foi aberto um processo em vez de sindicância, revelando o caráter tendencioso da medida, o caso agora assume um incômodo contorno que precisa ser rapidamente resolvido pela nova reitora. (Leia também nesta edição o editorial da APROPUC sobre a posse da nova reitoria).

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!

CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

EDITORIAL**Entre a poesia e a realidade**

A noite de segunda-feira, 28/11, marcou um reencontro da comunidade puquiiana com algo que há algum tempo parecia ser uma utopia distante: o cheiro de liberdade. Depois de quatro anos sob o tacão autoritário de uma reitora biônica, última colocada no processo eleitoral, mas ungida ao cargo pela vontade autocrática da santa madre igreja, professores, funcionários e estudantes puderam sentir novos ventos soprar para os lados da Pontifícia. Maria Amália Andery, reitora cuja eleição retoma a soberania do voto comunitário na PUC-SP, iniciou o seu mandato sob um dos signos mais caros à vida da universidade: ao citar Guimarães Rosa, a nova reitora colocou em destaque toda a transgressão que marcou durante décadas a vida desta universidade. A professora citou um trecho de "Grande Sertão: Veredas" - sobre a cachoeira que ao mesmo tempo é água e barranco de chão, e quando essa água para de fluir não sobra cachoeira alguma. Para ela a universidade é a cachoeira que dá aos jovens a formação para a sua vida, se fracassamos a cachoeira se torna um mero barranco.

Amália ainda ressaltou o compromisso social que a universidade deve preservar e enfatizou a vocação democrática de uma instituição que foi pioneira na introdução da eleição para reitor.

Porém a "voz do dono" se incumbiu de jogar água fria no entusiasmo reinante num TUCA lotado: o grão chanceler da PUC-SP, Dom Odilo Scherer, fez questão de lembrar que a universidade, enquanto instituição ligada à igreja católica, tem uma vocação própria, o que não significa que todos aqueles que aqui estudam ou trabalham devam ser católicos, mas a PUC-SP deve compartilhar a sua identidade.

Mais assustadora ainda foi a profissão de fé a que a nova reitora se submeteu na capela da PUC-SP, tendo que declarar em alto e bom som sua subserviência à igreja católica, colocada acima de todas as decisões terrenas. De fato, a submissão ao credo católico não combina com a liberdade de cátedra que há tantos anos tentamos preservar e que outros grão chanceleres como Dom Paulo souberam respeitar. O ensino laico deve ser sempre a meta de uma universidade, mesmo que ela seja de propriedade de uma igreja.

Essa postura da Igreja vem se manifestando principalmente a partir de 2005 quando se inicia a segunda intervenção da igreja na universidade. A liberdade cotidiana foi atacada dos mais diferentes modos: processo contra alunos que protestaram contra a demissão de professores, perseguição àqueles que protestavam contra nomeação da professora Anna Cintra, instauração de processo administra-

tivo contra a diretora da APROPUC Bia Abramides, bem como estudantes que participaram dos protestos contra a posse da reitora nomeada, investigação dos professores de Filosofia Jonnifer Barbosa, Yolanda Gloria Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart acusados de organizarem evento com Zé Celso Martinez, ataque à cátedra Michel Foucault, instauração de processo administrativo contra o professor Edson Passetti. Graças à pronta ação da comunidade e à repercussão nacional e internacional os processos foram arquivados. Ainda resta o processo contra o professor Edson que a APROPUC e a grande maioria da comunidade espera ver anulado.

É claro que o aspecto ideológico é somente a ponta do iceberg. A APROPUC, a AFAPUC e os estudantes denunciaram nos últimos anos que o ataque infraestrutural é muito mais significativo: nas últimas décadas os professores têm visto rebaixadas suas condições de trabalho e salário através da maximização, do represamento da carreira docente e da vigência de tabelas diferenciadas de salário; uma avaliação predominantemente quantitativa ataca o que de mais criativo possa existir na universidade; a autonomia universitária se fez em frangalhos com um novo estatuto que consagra um conselho superior onde a comunidade não tem voz ativa; a carreira administrativa é cer-

ceada e o Plano de Cargos e Salários jogado às calendas; a comunidade vê prosperar a terceirização sucateando as condições dos trabalhadores; os estudantes veem a elitização tomar conta da universidade.

Enfim, o quadro de degradação herdado pela professora Maria Amália não é nada animador e cremos que ele só poderá ser superado com um esforço coletivo de toda a comunidade para que se restabeleça a democracia na PUC-SP e faça com que novamente esta universidade seja comunitária e se contraponha à vontade unívoca de nosso grão chanceler que, contraditoriamente, assume posturas conservadoras, enquanto que o Papa Francisco procura se abrir ao diálogo.

Navegar pela poesia que Amália cita, sentir não só o cheiro de liberdade, mas vivenciá-la cotidianamente, é um claro desejo daqueles que hoje lutam dentro e fora desta universidade por dignas condições de trabalho, vida e subsistência. Mas essas condições só serão alcançadas se lutarmos juntos e com um horizonte de superação das divisões sociais que hoje nos amarram, buscando uma universidade democrática, grande e de qualidade.

E Guimarães também disse: "porque eu só preciso de pés livres, de mãos dadas e de olhos bem abertos".

Diretoria da APROPUC

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Verônica Lugarini, Marina D'Aquino
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e
Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victória C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Solidariedade ao professor Edson Passetti

Programa de Psicologia Experimental e Lab. de Psicologia Experimental

Manifestação de apoio ao professor Edson Passetti

O Programa de Psicologia Experimental e o Laboratório de Psicologia Experimental vêm a público endossar as manifestações de apoio ao Professor Edson Passetti, que vem sendo vítima de atos de autoritarismo por parte da direção da PUC-SP.

Um evento que poderia ter sido resolvido com diálogo foi tratado com intolerância e transformou-se em um processo administrativo contra um professor que há várias décadas presta serviços a esta Universidade e que é amplamente reconhecido

no meio acadêmico.

O Programa de Psicologia Experimental e o Laboratório de Psicologia Experimental repudiam a forma como relações entre membros da comunidade universitária vêm sendo conduzidas, em que a convivência democrática tem sido substituída por atitudes policiais, e reivindicam a suspensão do processo.

Maria Eliza Mazzilli Pereira
Coordenadora do Programa de Psicologia Experimental:
Análise do Comportamento

Depto. de História Unicamp

À Comissão Processante da PUC-SP

Os professores do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas da Unicamp comunicam à citada Comissão e tornam público seu total apoio ao Prof. Dr. Edson Passetti. Nosso departamento reconhece a importância da produção intelectual deste docente, cujos livros, artigos, revistas, trabalhos apresentados em colóquios, congressos e seminários nacionais e internacionais se destacam pela excelência e originalidade, contribuindo para a formação de inúmeros estudantes, não apenas em sua instituição de ensino, mas abrindo um amplo leque de temáticas e problematizações.

Tornamos público nosso repúdio às acusações de que foi vítima na universidade em que trabalha, durante evento de lançamento do livro da Profa. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues, pesquisadora também nacionalmente reconhecida por sua produção original e criativa. Ressaltamos ainda que o Dr. Passetti tem convivido com vários dos professores e alunos de nosso Departamento e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp há muitos anos, destacando-se não apenas pelos mencionados aspectos acadêmicos que notabilizam o reiterado diálogo profissional estabelecido, mas também pelo irrestrito respeito, a enorme simpatia e constante gentileza na relação com cole-

gas, estudantes e funcionários. Nesse sentido, causa-nos grande espanto qualquer delação de suposta atitude arrogante do colega. A prontidão da acolhida de uma acusação pontual, tornando-a um processo administrativo com graves e decisivas consequências acadêmicas e profissionais, parece-nos descabida e exagerada.

A nosso ver, comprometer o Prof. Dr. Edson Passetti com a instalação de um processo nesses termos é inadmissível. Como professores e pesquisadores nos causa estranheza a facilidade com que se pode expor de maneira policial um intelectual com reconhecida e larga contribuição às pesquisas em diversas áreas das Ciências Humanas.

Por fim, casos como este nos deixam em alerta quanto aos riscos de um processo de judicialização da vida no interior das universidades brasileiras. Entendemos que a universidade é espaço de diferenças, produção de pensamento crítico e lugar de experiências em liberdade e que a proliferação de processos e inquéritos administrativos como este nos atinge violentamente enquanto educadores, acadêmicos e cientistas. Reiteramos, finalmente, nosso apoio a Edson Passetti, como testemunhas de sua seriedade e profissionalismo há décadas.

Atenciosamente,

Departamento de História
IFCH - UNICAMP

Observatório de Direitos Humanos e Justiça Criminal do Espírito Santo

Nota de repúdio ao processo contra o Professor Edson Passetti

O Observatório de Direitos Humanos e Justiça Criminal do Espírito Santo expressa indignação e preocupação com o processo aberto contra o Professor Edson Passetti, do Departamento de Política da PUC-SP, que notoriamente tem contribuído para garantir e expandir direitos e liberdades.

Julgamos que penalizar um tal professor devido a condutas de ofensa menor, de caráter duvidoso ou insignificante cerceia e experiencia de um ambiente múltiplo, democrático e harmonioso, como deve ser o campus de uma Universidade com o prestígio e a história da PUC-SP.

O Professor Passetti é parceiro deste Observatório em nossas lutas pelas garantias aos Direitos Humanos e combate a costumes e práticas autoritárias. Esperamos que a PUC-SP não manche sua reputação com uma grave demonstração de insensibilidade, incompreensão e intolerância a um dos maiores intelectuais que já acolheu, e que por tantos anos vem significativamente contribuindo para o avanço das relações democráticas.

Renata Costa Moura
Coordenador ODHES - Observatório de Direitos Humanos

Professor Nichan Dichtchekian

A todos os companheiros. Sou PUC, como todos vocês. Recebi, por alguns de vocês e, também, por e-mail, notícias a respeito do nosso colega, do nosso companheiro, Edson Passetti. Confesso que, mais do que viver um inconformismo pelos motivos dele estar sendo submetido a uma instância reguladora das atividades da nossa PUC, motivos estes, aliás, humanamente compreensíveis e passíveis de uma resolução entre as partes em litígio - no caso, o colega Professor Edson Passetti e uma colega nossa, funcionária prestadora de serviços à PUC - mais do que um inconformismo, dizia, por estes motivos, fiquei, agora sim, preocupado e angustiado pela existência desta instância que, creio eu, além de regular, tem o poder de julgar o nosso comportamento. Um lugar, cujo nome próprio é PUC, é constituído como tal, como lugar pelo modo que seus habitantes - alunos, funcionários, professores - estão presentes aí. E, todos sabemos, o que caracteriza um país, um povo, um lugar é a existência, sempre, de diferenças entre seus habitantes. Aliás, um lugar, um povo, um país, jamais será um povo, um país, um lugar, se não cultivar, cuidadosa e amorosamente as diferenças. Mais um aliás:

cada um de nós é como é, um modo próprio de ser, na medida exata, justa da convivência com os outros, com os diferentes de cada um de nós. Mas, acho que falta, ainda, eu, Nichan Dichtchekian, professor há 44 anos na e da PUC, sem títulos, comentar o que preciso declarar a respeito do meu colega Edson. Edson e eu não mantemos nenhuma relação direta na Universidade. Ele, da área de Ciências Sociais, eu da área da Psicologia. Mas, o que, por anos, tenho visto, tenho ouvido, tenho, até, vivido em algumas ocasiões, a respeito do seu trabalho, não provoca inveja em mim, não. Provoca admiração e orgulho de habitar o mesmo lugar, o mesmo país. - Aulas-teatro, mil. Organizadas e preparadas por ele. - Acompanhamento cuidadoso de dissertações e teses. - Apresentações, em vários lugares do Brasil, de pesquisas e reflexões. - E, talvez, um modo humanamente precioso: Acompanhamento pessoal de alunos e parceiros, parar ouvir, para sugerir, para dar suporte e acolhimento. Edson, tenho orgulho de pertencer à mesma Universidade. Abraços carinhosos,

Professor Nichan Dichtchekian
Psicologia PUC-SP.

FALA COMUNIDADE

Ocupações das escolas públicas e movimento estudantil

*"Ouça um bom conselheiro, / que lhe dou de graça,
inútil dormir que a dor não passa.
Espere sentado, / ou você se cansa.
está provado, / quem espera nunca alcança."
(Chico Buarque - Bom Conselheiro)*

Dalva Garcia

Em novembro de 2015, estudantes da escola de Diadema e da escola Fernão Dias Paes encabeçaram ocupações em protesto às medidas da reorganização escolar anunciadas pela Secretaria da Educação.

Tal reorganização previa o fechamento de algumas escolas, sua reutilização para creches ou escolas técnicas e, conseqüentemente, a transferência compulsória de alunos para unidades escolares próximas - a fim de concentrar a educação básica em ciclos de aprendizagem distintos (ensino fundamental e médio).

O argumento pedagógico se mesclava com estatísticas acerca do déficit de alunos em algumas unidades escolares. A justificativa era a diminuição crescente do quadro de crianças e jovens em fase escolar porque o Brasil e, especialmente o Estado de São Paulo, estava paulatinamente deixando de se constituir como um país de crianças e jovens e se aproximando do tão sonhado velho mundo. Não é preciso dizer que o sonho do velho mundo alimentou por muito tempo a imaginação das oligarquias - seja a antiga, cafeicultora, ou a recente - do agronegócio.

Em novembro de 2015 a SEE, em conjunto com as Diretorias de Ensino, deveria agenciar o denominado dia D, de diálogo. Tratava-se de comunicar aos pais dos alunos a medida acertada e não discutida sequer com professores, os principais aspectos da reorganização escolar que:

1) Concentraria alunos - evitando assim os infortúnios da

diversidade, tão importante para estudiosos da educação como Vigotsky ou Piaget;

2) Maximizaria os prédios públicos destinados à educação para setores deficitários como creches e escolas técnicas.

O dia D buscava comunicar a lógica racional da economia que precisa, a qualquer custo, administrar a vida privada visando o bom funcionamento do público. Os espaços públicos deveriam ser racionalizados evitando desperdícios e ônus ao patrimônio de um Estado que visa o contínuo progresso, característica de uma geopolítica voltada para a produtividade. Afinal, não seria essa a vocação de São Paulo desde os barões do café, das oligarquias e do empresariado?

Mas o dia D não aconteceu. Meninos e meninas de 13 a 17 anos decidiram ocupar o espaço público impedindo de "forma autoritária" - segundo o juízo de algumas autoridades e para uma parcela significativa da população - a equação que permitiria o pleno desenvolvimento das "forças produtivas".

Meninos e meninas instalaram-se nas escolas e com as cadeiras escolares, pouco adequadas às faixas etárias diversificadas, trancaram ruas e avenidas na capital. Obstruíram vias urbanas, impedindo o direito da população de ir e vir. Obstruíram o processo de planejamento de especialistas cientes e conhecedores da engrenagem econômica que visava planificar a educação.

Considerado o contexto das políticas públicas para educação no Brasil, seria evidente supor que esses jovens deveriam ser

impedidos, mesmo que com o braço forte dos aparelhos de repressão do Estado.

Neste sentido, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo cumpriu bem o papel de aparelho repressor: algemou, bateu, encarcerou, fichou e criminalizou esses jovens "baderneiros e intransigentes". E continua eficiente, reprimindo jovens na Explanada dos Ministérios e apreendendo alguns que, misteriosamente, sumiram no protesto em Brasília na última terça-feira. No contexto emergencial que busca a ordem o Estatuto da Criança e do Adolescente tornou-se acessório inútil.

Todavia, meninos e meninas resistiram e insistiram apesar da força policial que os arastava e feria.

O que seria esse movimento? Para alguns, tratava-se de alguma organização secreta ou já conhecida de "comunistas-terroristas" que doutrinava essas crianças rebeldes para desestabilizar a ordem tão necessária ao pleno desenvolvimento da economia nacional.

Todavia o movimento ganhou proporções inesperadas. Seria preciso inaugurar uma nova etapa de gestão da escola pública. Reorganização cancelada.

Seria preciso sobretudo provar por A + B a má qualidade da educação que precisava ser gerenciada. Mediante os índices do IDEB foi possível encontrar a justificativa que faltava na argumentação oficial. Com índices de rendimento escolar tão baixos, seria necessário ensinar esses meninos a entender os segredos da economia através do ensino da matemática. "Como assim -

disseram alguns - esses moleques querem pensar em políticas públicas de educação, se nem sequer sabem fazer contas?"

Para mim, fica claro, que a Medida Provisória do Ensino Médio, editada às pressas cumpre hoje pelo menos uma função: a de tirar esses "rebeldes" das ruas, inserindo-os ao mundo do trabalho. Educação para o trabalho aos jovens mal educados, eis o remédio que nos indicam para cura das mazelas da educação.

Mas não foi só: responsabilizar pais seria também prudente, daí o encaminhamento dessas "crianças baderneiras" às instalações da Fundação Casa, Antiga Febem, aquela que despertou a sensibilidade de cineastas como Hector Babenco.

Também foi preciso ir à caça das possíveis lideranças, mesmo que nada fosse liderado no movimento de estudantes secundaristas. Medidas judiciais foram tomadas: processos administrativos contra educadores que apoiaram o movimento, campanha do movimento de escola sem partido (partidária de grupos religiosos que ocupam bancadas de partidos conhecidos nas Câmaras Estaduais e Federais)... E o espetáculo de atrocidades e contradições só parece aumentar... Vamos desde o pronunciamento de um ex-ator pornô acerca da educação moral até o engajamento político de religiosos que prezam a fé, lutam pela moral e pelos bons costumes em nome da não política.

Todavia, não sejamos ingênuos. O avesso também é verda-

continua na próxima página

continuação da página anterior

deiro. Movimentos sociais das mais diferentes ordens pegaram, e continuam pegando carona, no ímpeto desenfreado dos jovens. Até centros culturais financiados por instituições bancárias realizam com sucesso de público e crítica eventos sobre as "ocupações".

Para encerrar essa descrição por vezes patética e, por outras, subjetiva, saliento a medida salutar da SEE de promover a gestão democrática das escolas. Antes de ouvir, acima de tudo quantificar. A quantificação se tornará possível através de um questionário que deve ser respondido por professores e representantes de classe.

Provar a premente necessidade do Estado de gerir a democracia é, mais uma vez, emergencial.

Vejamos aonde nos conduzirão esses dados colhidos e organizados em gráficos coloridos.

Por fim, depois de mais de 25 anos trabalhando em escola pública, ainda quero crer que mudanças são possíveis, apesar da lógica perversa que descrevi com certa ironia, típica daqueles que temem. Digo que temem porque, vez ou outra, o medo alimenta a esperança na mudança e pode evitar truculências de diferentes ordens. Eu diria que nada teme aqueles que consideram que nada têm a perder. Eu tenho, assim como todos os professores de ensino básico que passaram a vida com seriedade em sala de aula, mesmo com remuneração vergonhosa.

A minha esperança não se conforma com o discurso da evolução, da produção, nem se-

quer, com o da revolução. Para mim, como professora da educação básica e professora universitária, a esperança que resta é repensar o significado da palavra "público" e da palavra "democracia".

Mais do que chegar ao consenso da maioria representativa (no meu ponto de vista, muito mal representada), creio que o exercício democrático estaria na difícil tarefa de admitir os conflitos, com humanidade.

Mais do que entender o público como o que é meu ou nosso e, por isso, como aquilo que precisa ser gerenciado e administrado (seja por velhos políticos ou por novos que se autodenominam administradores) seria preciso exercitar o cuidado, o cultivo, a cultura. Cultura, aliás, considerada enfeite nas propos-

tas da atual reforma educacional. Num país que entende a solução de seus impasses como uma crise econômica de gestão de bens públicos, para quê artes, música ou esportes na escola, quiçá filosofia ou sociologia?

A lição de cultivar a coletividade foi o que as ocupações me ensinaram. Juntos, brigando e se abraçando, eles entupiram pias para lavar a louça, fizeram a sua comida, limpavam os banheiros. Enfim, consertaram e quebraram juntos, riram e choraram e colocaram em movimento, para além das cercas da escola, as cadeiras em que deveriam ficar respeitosa e ordenadamente sentados.

Dalva Garcia é professora de Filosofia da E.E. Fernão Dias Paes e professora do Departamento de Filosofia da PUC-SP

APROPUC discute dimensão econômica da PEC 55

A APROPUC realizou no dia 25/11 uma mesa, coordenada por João Batista Teixeira, presidente da entidade, para debater a crise econômica e política do país, seu contexto e as consequências da possível aprovação da PEC 55 (antiga PEC 241) que congela os gastos públicos por longos 20 anos.

O professor Jason Borba, da faculdade de economia da PUC-SP, traçou um panorama da conjuntura política e econômica mundial. Segundo o professor, a crise não afeta apenas o Brasil, mas adquire caráter global porque há um esgotamento da ordem capitalista. Assim, além das crises se sincronizarem, já é possível prever os períodos com que isso irá acontecer. Hoje, as crises têm um ciclo de 6 em 6 anos.

Já Erson Martins, ex-docente da Faficla, falou sobre a reforma trabalhista e como ela afetará os trabalhadores brasileiros. "A reforma trabalhista é uma exigência dos empresários, dos capitalistas e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Eles usam o discurso de que a produção brasileira não é com-

petitiva e que a reforma implicaria na maior liberdade, mas este argumento é falacioso, e implicaria apenas em uma liberdade dos capitalistas explorarem ainda mais os trabalhadores", explicou Erson durante a palestra.

Ele ainda complementou dizendo que a flexibilização da CLT, com a redução das jornadas e diminuição dos salários, são de extrema gravidade porque os trabalhadores perdem as suas conquistas básicas.

O professor de economia da FEA-PUC-SP, Áquilas Mendes, trouxe à tona números alarmantes sobre os impactos da PEC nas políticas sociais e principalmente, na saúde pública. De acordo com ele, já há um subfinanciamento na área da saúde desde os governos anteriores e se a medida for instaurada, até 2036, a saúde terá uma perda de R\$ 433 bilhões – considerando um Produto Interno Bruto (PIB) de 2% ao ano com inflação de 4,5%. Ou seja, se o governo aplica 1,7% do PIB em saúde agora, ele passará a aplicar apenas 0,9% do PIB daqui 20 anos, ao mesmo tempo que outros países



Na mesa do debate, da esquerda para a direita, Áquilas Mendes, Erson Martins, João Batista Teixeira e Jason Borba

gastam em média 8% do seu PIB nessa área. Áquilas Mendes ainda disse que a PEC vai consolidar o subfinanciamento da saúde e irá desestruturar completamente o Sistema Único de Saúde (SUS).

Além dessas temáticas, os participantes também destacaram que grande parte do déficit fiscal do país se deve ao pagamento dos juros da dívida pública (emissão de títulos públicos do Tesouro Nacional com juros ao patamar de 13,75% a.a. para poder pagar o endividamento do país). Hoje, só o pagamento desses juros sobre juros chega a 22% do PIB.

Levando em consideração o ano de 2013, a dívida pública in-

terna brasileira era de 33% do PIB, quando o pagamento de juros significou 5,2% do mesmo indicador, ou seja, o pagamento desses juros alimenta o próprio endividamento. Na Grécia a dívida é de 169% do PIB e o custo do financiamento é de 3,6%.

"Em 2015, o pagamento de juros da dívida que são os 22%, foi 8,5% do PIB, o que chegou à casa de R\$ 502 bilhões. Sendo que o gasto do Ministério da Saúde nesse mesmo ano foi de R\$ 100 bilhões, portanto o que se paga com os juros da dívida dá cinco vezes o gasto do Ministério da Saúde, enquanto o gasto do Ministério da Educação foi de 3,7%", concluiu Áquilas Mendes.

VERÔNICA LUGARIN

Nova reitoria preside o seu primeiro Consun

Na quarta-feira, 29/11, aconteceu o primeiro Conselho Universitário presidido por Maria Amalia Andery. Logo de início a professora foi muito elogiada pela proposta de aprovação de uma moção da PUC-SP contra a PEC 55 (veja íntegra nesta página). "Começamos bem", disse padre Julio Lancellotte, resumindo os elogios recebidos pela reitora. Mas a falta de um timing adequado por parte da nova reitoria fez com que a sessão se estendesse até bem além do seu teto e justificasse uma sessão extraordinária na sexta-feira, 2/12.

No Consun de quarta-feira o Plano de Trabalho 2017 monopolizou boa parte das atenções. As queixas de vários conselheiros deveram-se fundamentalmente à falta de explicitação de como algumas propostas se viabilizarão. Por exemplo, constam no texto intenções de reformulação da carreira docente, de um novo contrato de trabalho, de avaliação administrativa, de um plano para aposentadoria. Porém, não há indicação de como estes temas serão encaminhados.

A reitora explicou que o Plano não se limitaria a 2017, mas que as tarefas serão cumpridas ao longo da gestão. Maria Amalia indicou o dia 6/12, dia da audiência com a comunidade, para que sejam feitas propostas e adendos ao Plano. O plenário decidiu aprovar o plano, mas sujeito a possíveis adendos de acordo com as manifestações do dia 6/12.

Outro tema que mono-

polizou o Consun foi o pedido de revisão da sentença de um aluno de Medicina, que recebeu pena de expulsão da universidade em razão de sua conduta. O aluno pediu revisão da sentença, justificando que não foi chamado nas oitavas de acusação. O professor Marcio Alves da Fonseca, relator do processo, solicitou novas oitavas. Porém as testemunhas se recusaram a depor novamente, o que demandou o parecer de nulidade da primeira decisão por falta de provas. O professor encaminhou a formação de uma comissão que deve monitorar o aluno durante os anos finais de seu curso.

A discussão do tema gerou um vivo debate e remeteu para o tipo de encaminhamento que a universidade vem dando para problemas dessa ordem. O pró-reitor comunitário, Antonio Carlos Malheiros, levantou a ideia (abraçada pela reitora) de criar-se uma Justiça restaurativa, que antes da judicialização das ocorrências, pudesse resolver as questões através do diálogo. Malheiros citou, de maneira indireta, o caso do professor Edson Passetti, que vem incomodando a toda comunidade.

ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE

Na reunião de sexta-feira, 2/12, a reitora apresentou com mais tempo a proposta de orçamento da universidade.

Foram apresentadas como premissas para o próximo período um au-

mento de 1% no número de alunos da graduação, 2% na educação continuada e manutenção dos atuais patamares na pós. Com este cenário será possível a permanência do atual número de bolsas, um aumento das mensalidades baseado em uma cesta de índices e uma recomposição salarial seguindo os números das convenções coletivas de 2017.

O orçamento mostrou lucro líquido de 4% que deverá ser aplicado prioritariamente na promoção de carreira docente.

A previsão é que a fo-

lha de pagamento mantenha os mesmos patamares verificados este ano, em relação à receita, o que, segundo a reitora ainda é insuficiente para satisfazer as condições da TAC. Os conselheiros criticaram os gastos com a terceirização, que segundo eles poderiam ser minimizados se a PUC-SP contratasse diretamente os funcionários.

Este foi o último Consun do ano que deverá acontecer somente em 22/2/17. Segundo o calendário 2017 as aulas serão reiniciadas 13/2 para a graduação e 20/2 no pós.

Nota da PUC-SP contra a PEC-55

"O Conselho Universitário da PUC-SP manifesta-se contrário à PEC 55/2016 em tramitação no Senado Federal, que representa gravíssimo comprometimento nos investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia assistência social e previdência.

A alegação para essa emenda constitucional é um equilíbrio fiscal que penaliza justamente os mais pobres e necessitados, dependentes das políticas públicas. Os cortes drásticos nesses gastos sociais, contrários ao que é estabelecido na Constituição de 1988, comprometem o futuro da soberania e da justiça social de nosso país e recaem sobretudo sobre a imensa maioria da população brasileira, os contingentes de trabalhadores e dos mais desamparados, enquanto o número de milionários cresce progressivamente. Os juros do pagamento da dívida interna apropriados pelas camadas mais ricas já atingem 42% do PIB nacional do Brasil, que é um dos únicos países do mundo em que não há impostos para lucros e dividendos e para grandes fortunas. Ao lado de um grave quadro de sonegação fiscal de grandes contribuintes e de corporações, nossos impostos taxam sobretudo o consumo, o que atinge de modo desigual principalmente as camadas mais pobres; o imposto de renda tem alíquotas que recaem sobretudo sobre as classes médi-

as e as alíquotas para a alta renda são mais baixas do que na maioria dos países.

No caso da educação, estudos amplamente divulgados pela imprensa mostram que as restrições impostas pela aprovação da PEC 55 inviabilizam o que está consagrado no Plano Nacional de Educação, tornando nosso orçamento regressivo a níveis de 1998. Se a emenda constitucional já estivesse valendo nos últimos vinte anos, o já insuficiente orçamento federal para a educação, sozinho, teria perdido 400 bilhões, com efeitos desastrosos sobre uma universidade, como a PUC-SP e seu grande contingente de estudantes bolsistas. Na saúde, a sobrevivência do SUS fica inviabilizada, com consequências danosas para a saúde pública. Os investimentos em ciência e tecnologia sofrem amplas restrições.

Pesquisas relatadas na imprensa apontam que, por todo país, a grande maioria da população repudia a PEC 55, já apelidada de "PEC da Morte" e que é rejeitada publicamente pela CNBB e por inúmeras universidades e entidades da sociedade brasileira, com cujos apelos a Comunidade da PUC-SP se irmana nesse grave momento por que passa o nosso país.

**Reitoria PUC-SP
Conselho Universitário
da PUC-SP
30/11/2016**

MOVIMENTOS SOCIAIS

PEC 55 é aprovada em primeira votação, mas mobilizações continuam

Manifestantes contrários a PEC 55 (Proposta de Emenda Constitucional nº 55) e à reforma do ensino médio foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar do Distrito Federal após se reunirem em frente ao Congresso Nacional em Brasília, no dia 29/11, quando os senadores votaram em primeiro turno pela aprovação da PEC 55, conhecida como "PEC da destruição". O texto base da proposta foi aprovado por 61 contra 14 votos.

Poucas horas antes da votação, ao mesmo tempo que os senadores estavam dentro da Esplanada dos Ministérios, servidos por "comes" e "bebes", do lado de fora mais de 25 mil brasileiros enfrentavam a truculência da polícia que atirou bombas de gás lacrimo-

gêneo, agrediu manifestantes de forma deliberada e fez uso de balas de borracha. Diversas pessoas entre eles estudantes, trabalhadores, idosos e crianças, foram feridas e algumas detidas.

Nem o luto do país ou o pedido de adiamento da sessão, devido à queda do avião que levava a delegação da Chapecoense, impediram que houvesse a votação. Enquanto os noticiários acompanhavam as atualizações do trágico acidente, os parlamentares do governo ilegítimo de Michel Temer aproveitaram o momento de consternação do país e votaram na surdina a PEC da destruição, que prevê o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos.

É diante deste quadro que a Central Sindical e

Popular (CSP-Conlutas) insiste na necessidade de construção de uma greve geral no país, pois a medida ainda não entrou em vigor e passará por uma nova votação. Enquanto isso a luta não deve cessar. "A nossa central vai continuar organizando o conjunto da classe trabalhadora e a juventude para tentar barrar esse projeto no segundo turno. Só é possível reverter esse processo, se nós construirmos uma greve geral. É preciso paralisar o país para não paralisar o futuro dos trabalhadores e da juventude", destacou o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela. O segundo turno da votação está marcado para o dia 13/12, com a proposta de promulgação no dia 15/12.

Morre Fidel Castro presidente de Cuba revolucionária

Morreu na sexta-feira, 25/11, aos 90 anos, o cubano Fidel Castro. O ex-presidente comandou a mais significativa revolução popular na América Latina: a Revolução Cubana que tem sido um referencial para todo o proletariado mundial, e independentemente das críticas foi um dos mais importantes movimentos do século passado.

Porém a grande imprensa brasileira preferiu destacar tudo aquilo que a revolução não conseguiu atingir durante estes quase 60 anos. Castro era identificado sem-

pre pela mídia como ditador e nunca como o condutor de um movimento popular e de massas. O interessante, no entanto, que é quase impossível ler-se em nossos jornais "o ditador Castelo Branco" ou "o ditador Costa e Silva". Eles são tratados como presidentes por mais sanguinários que tenham sido seus períodos de governo autocráticos.

Isolada pelo bloqueio norte americano e cerceada mais tarde pela política tucânica da União Soviética, a ilha teve que desenvolver

um projeto de vida draconiano, onde os bens de consumo tão endeusados nos países capitalistas, foram minimizados a projetos que priorizaram a educação e a saúde, fazendo com que Cuba se tornasse uma referência na América Latina em igualdade social. Enquanto a imprensa brasileira destacava a "festa" dos dissidentes cubanos", alguns sites como o Ópera Mundi destacaram a multidão de mais de 2 milhões de pessoa que seguiram os funerais do ex-presidente.

Moção de apoio ao movimento estudantil da UEL

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) declara apoio à luta do DCE dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina que estão em greve e sofrendo ação de criminalização pela reitoria.

A luta dos estudantes é legítima. A greve estudantil e as ocupações são instrumentos de luta contra os diversos ataques que os trabalhadores vêm recebendo. As ocupações das escolas e das universidades contra a PEC 55 (antiga 241), contra a lei da escola sem partido e também contra a reformulação do ensino médio, refletem uma luta muito importante e atua em consonância com a defesa de direitos em nossa sociedade.

Apoiamos a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e a luta contra o interdito proibitório que criminaliza as ocupações e toda mobilização de greve dos estudantes.

Nota de solidariedade à Chapecoense

A APROPUC lamenta o trágico acidente com o avião que levava a equipe da Chapecoense, além de jornalistas, dirigentes e tripulantes. Toda nossa solidariedade e pesar à Chapecoense, aos familiares e amigos das vítimas.

ROLA NA RAMPA

Ato defende continuidade do programa "De Braços Abertos"

Na última terça-feira, dia 29/11, especialistas do campo da saúde, de gestão pública, juizes, beneficiários e trabalhadores do programa participaram do ato em defesa do programa municipal "De Braços Abertos", garantia de direitos e a política sobre drogas. O debate abordou a importância do aprofundamento das discussões em torno do programa, principalmente neste momento em que é ameaçado de extinção pelo futuro prefeito da cidade de São Paulo, João Doria. Dentro deste contexto, o ato teve como objetivo pressionar pela continuidade do programa

como política pública de redução de danos continuada e não mais como um programa de governo.

De Braços Abertos - implementado em 2014 sob a gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) - trouxe avanços e resultados positivos no tratamento de usuários de drogas e de acordo com a Plataforma Brasileira de Políticas sobre drogas e dados da PMSP, 88% dos beneficiários diminuíram o consumo de drogas, 83% estão em tratamento e 54% retomaram o contato com a família e ainda, segundo o DataFolha, 69% da população apoiam o programa. Durante os discursos, a be-



VERÔNICA LUGARINI

Estela, uma das beneficiárias do programa fala durante o evento

neficiária do programa Estela falou ao público sobre a experiência positiva e sua recuperação por meio de um programa de política antidrogas que humaniza o tratamento de usuários e ainda

disse que não estaria no evento se não fosse pelo apoio do De Braços Abertos. O ato também teve a participação da nova reitora empossada, Maria Amalia Andery.

Comitê de Mães e Pais em Luta comemora 1 ano de criação

No último sábado, dia 3/11, o Comitê de Mães e Pais em Luta (CMPL) comemorou um ano de existência com um dia inteiro de programação especial voltada para a temática da educação. Foram realizadas rodas de conversas, oficinas, shows, performances

e teatro para debater como as ocupações das escolas fizeram história e mudaram o rumo da política e do movimento estudantil no país por meio das mobilizações. Para saber mais sobre a organização acesse a página do comitê no Facebook.

Doe um brinquedo para a Campanha Natal dos Sonhos

A Arquidiocese de São Paulo promoverá este ano a 15ª edição da Campanha Natal dos Sonhos para arrecadar brinquedos para doação às instituições que atendem crianças menos favorecidas e em situação de risco. É possível contribuir com a campanha colocando os brinquedos em

caixas distribuídas pelo campus Monte Alegre, localizadas nos seguintes locais: portaria Ministro Godói (prédio novo), portaria Monte Alegre (prédio velho) portaria da Fundação São Paulo (rua João Ramalho, 182) e na sala da Pastoral Universitária (térreo, prédio novo).

Gecopol lança novo boletim sobre conjuntura

O Grupo de Pesquisa em Economia Política, Gecopol, acaba de lançar uma nova publicação em sua página na Internet. O novo número publica quatro análises

sobre a crise econômica mundial e poderá ser acessado no endereço eletrônico <https://sites.google.com/site/gecopolpuc/boletim-gecopol>.

Nova reitoria promove encontro com a comunidade

A professora Maria Amalia Andery, nova reitora da PUC-SP, deverá realizar na terça-feira, 06/12, um encontro com a comunidade

da PUC-SP para debater as suas propostas de gestão. O encontro acontece a partir das 14h, na sala 239 e terá transmissão direta.

Bolsas de Pós-Doc

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais comunica a disponibilização de duas bolsas para o Projeto Temático financiado pela FAPESP – Lideranças Políticas no Brasil: caracte-

rísticas e questões institucionais. Maiores informações podem ser visualizadas em - <http://www.fapesp.br/oportunidades/1340/> ; <http://www.fapesp.br/oportunidades/1357/>



Alunos fazem a apresentação de seus posters na sala P-65

2ª edição do Poster Session on Human Rights and Narratives

Alunos do bacharelado em tradução apresentaram suas pesquisas na 2ª edição do Poster Session on Human Rights and Narratives. Os trabalhos abordaram a temática dos Direitos Humanos com uma refle-

xão sobre o seu papel no mundo contemporâneo. O evento é uma iniciativa do Departamento de Inglês - Disciplina Língua Inglesa: Direitos Humanos, conduzida pela Profa Dra Vera Cabrera Duarte.